



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

PMST
Fls. nº 321
PC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O **Prefeito Municipal de Santa Teresa**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições Legais e,

Considerando a JUSTIFICATIVA da SMAS, páginas 295 e 296:

Obedecendo ao que dispõe o Decreto Municipal 404/2018, esta Secretaria Municipal de Assistência Social JUSTIFICA que a instituição, vem através dos documentos apresentados comprovar que está apta a executar parceria, que se caracteriza obedecendo o que diz o Decreto Municipal nº 404/2018, uma vez que se trata de serviço de assistência social, executado pela Associação Pestalozzi de Santa Teresa, que está devidamente credenciada ao Conselho Municipal de Assistência Social, conforme pode ser comprovado pela Resolução nº 21/2024, às folhas 191/192, bem como no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Teresa - COMCAST/ES, fls. 190, cumprindo assim, o que dispõe o Inciso IV, do Artigo 18, do Decreto referido.

Em atendimento ao Inciso I, do Artigo 19, do mesmo Decreto, ressalta-se a natureza singular do objeto da parceria, sendo que as metas somente poderão ser atingidas pela instituição em questão, ficando inviável a competição, pois no município existe somente a Associação Pestalozzi que presta serviço de média complexidade, no atendimento à pessoas com deficiência, razão pela qual a Secretaria Municipal de Assistência Social entende que esta é a instituição que deve se efetivar a parceria.

Trata-se de uma instituição que prima pela proteção aos direitos à dignidade da pessoa humana e de promoção de valores sociais, éticos e morais quanto à equidade, igualdade e liberdade da pessoa com deficiência e ainda trata-se de uma instituição que não tem fins econômicos, nem lucrativos, com a finalidade de prestar de forma gratuita serviços socioassistenciais, com intuito de promover a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências, o que pode ser comprovado por parcerias anteriores folhas 74 a 92.

Registra-se que após análise minuciosa do Plano de Trabalho entregue anteriormente junto com os Órgãos de Controle Municipal e Gestão, onde foi observado que o valor do plano foi maior que o índice de inflação 2025 em relação a Parceria firmada no ano anterior, e, primando por uma administração que se preocupa e tem responsabilidade com o orçamento e arrecadação municipal, foi solicitado a Instituição o cálculo de seus gastos, não excedendo o percentual da inflação para garantir uma parceria responsável.

Considerando a necessidade de contratação de OSC, com a finalidade manter e aumentar a capacidade de resposta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no atendimento e acompanhamento das pessoas contratação de profissionais para desenvolver atividades de atendimento à pessoa com deficiência (usuários), e seus familiares do Município de Santa Teresa, visando à inclusão e a defesa dos direitos dessas pessoas, aquisição de material de consumo e contratação de serviços de terceiros para manutenção de serviços essenciais da Instituição.

Considerando a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

PMST
Fls. nº 322
02

Considerando a proposta comercial e demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

Resolve:

I - Reconhecer a inexigibilidade de chamamento público, com fundamento no Art. 31, II da Lei n.º 13.019/2014 e Art. 19 do Decreto Municipal nº 404/2018, determinando a contratação com a Associação Pestalozzi de Santa Teresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.405.664/0001-27, pelo valor global de R\$ 641.915,27 (seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e quinze reais e vinte e sete centavos).

II – Com base nas informações constantes nos autos do 14.294/2025, e, considerando que foram observados os prazos processuais, HOMOLOGO, o presente procedimento de inexigibilidade de chamamento público.

III - Determinar ao setor competente que proceda a publicação da presente homologação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

IV - "Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 5 (cinco) dias após publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM/ES), conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014."

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Teresa - ES, 23 de fevereiro de 2026.


Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal